

EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
19/09/1999
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito Civil

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Respostas a cinco Questões Práticas

Instruções:

- a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;
- b) não coloque seu nome ou número da OAB ao final do parecer ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª parte: Peça - Profissional

Francisco Pereira, em 10/01/1982, adquiriu o imóvel composto pelo lote de terreno 4, da quadra 27, do Bairro Primavera, situado na zona urbana do município de Betim - MG, com planta aprovada, com as construções nele edificadas: uma casa de residência com 98 metros quadrados e muros em todas as laterais do lote.

Desde então, Francisco Pereira vem residindo no referido imóvel, pagando o IPTU respectivo, em seu próprio nome e sendo por todos respeitado como o dono do imóvel.

Entretanto, Francisco Pereira não conseguiu registrar a escritura de compra e venda do imóvel, porque a matrícula, em nome do alienante, fora anulada, por sentença judicial, por se tratar de aquisição de quem não era proprietário do bem, voltando a prevalecer o registro em nome de Maurício Costa, residente em Pará de Minas - MG.

Desejando regularizar sua situação como proprietário de referido imóvel, Francisco Pereira procurou advogado, em busca de uma solução judicial.

Redija a petição inicial cabível na situação descrita, sabendo-se que são ambas as partes casadas e devendo o candidato criar os demais dados necessários.

2ª Parte: Questões Práticas:

1ª Questão: Viúva, sem filhos, quer receber o saldo da conta de FGTS do falecido marido, que não deixou quaisquer outros bens. Qual a via a ser buscada?

2ª Questão:

José Antônio, ao atingir 18 anos, conseguiu sua Carteira de Habilitação para dirigir veículos. No mês seguinte comprou um veículo, dizendo-se maior de idade. Entretanto, não conseguindo quitar o bem, tenta eximir-se da obrigação, dizendo ser menor relativamente incapaz. Tem sustentação jurídica? Fundamente.

3ª questão: Maria contratou os seus serviços profissionais de advocacia para defendê-la em uma Ação de Exoneração de Pensão Alimentícia proposta pelo seu ex-marido, para a qual foi regularmente citada. O pedido exoneratório foi julgado procedente, provocando a interposição de apelação patrocinada pelo seu escritório. No entanto, o Juízo só recebeu o recurso interposto no efeito devolutivo. Qual a medida judicial cabível para a manutenção da pensão até o julgamento da apelação ?

4ª Questão: João Ribeiro deu em comodato a Mário da Silva um terreno contendo os equipamentos e as instalações de um Posto Revendedor de Combustível. O referido contrato se acha em vigor por prazo indeterminado. João Ribeiro contratou você como advogado para retomar os bens.

- Qual a ação judicial você deve propor ?
- É necessário ajuizar alguma medida preparatória da ação ?
- Fundamente a resposta.

5ª Questão: Ronaldinho comprou um apartamento na cidade de Belo Horizonte, registrando a escritura de compra e venda há aproximadamente 30(trinta) dias. Ocorre que o imóvel se encontra alugado para a residência de um terceiro, estando o contrato locatício, firmado pelo locatário com o vendedor, na plena vigência do prazo pactuado. O cliente informa que o contrato de locação não está averbado junto à matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente e pergunta se terá que respeitar o contrato de locação que ainda está vigente e quais as medidas jurídicas cabíveis para obter a posse direta do bem.

Boa Sorte !

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
19/09/1999
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito do Trabalho**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Respostas a cinco Questões Práticas

Instruções:

- a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;
- b) não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte: Peça - Profissional

Empregado, admitido em fevereiro de 1992, foi despedido, sem justa causa e sem aviso prévio, em 26 de julho de 1999, e não recebeu as parcelas devidas em decorrência da rescisão do contrato de trabalho, uma vez que, no dia 5 de agosto, o empregador não compareceu e nem enviou representante para o devido acerto com a assistência do sindicato.

Recebia o salário de R\$ 1.200,00 por mês, por uma jornada de 8 horas, de segunda-feira a sexta-feira. Fazia duas horas extras diárias, a 9ª e a 10ª, sem receber a contraprestação pela jornada extraordinária. Tinha à sua disposição um veículo da empresa, para uso irrestrito, inclusive aos sábados, domingos e feriados e, até mesmo, durante as férias, sem necessidade de prestar contas ao empregador.

Despedido no final de julho, não recebeu o salário do mês, que sempre era pago no último dia útil de cada mês.

Não gozou férias do período aquisitivo referente a 1997.

Como advogado do empregado, postular judicialmente os direitos do cliente.

2ª Parte: Questões:

1ª Questão: Junta de Conciliação e Julgamento indeferiu a oitiva de três testemunhas levadas pela empresa à audiência de instrução, porque não arroladas antecipadamente. Agiu acertadamente o Juízo de primeiro grau de jurisdição trabalhista ? Por quê ? Em caso negativo, qual a medida competia ao advogado da empresa tomar ?

2ª Questão: Fernanda Nascimento celebra contrato de trabalho com Vicente Pires. A título de salário, Fernanda vem recebendo um salário mensal, fixo, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), compreendendo salário contratual, horas extras, repouso semanal remunerado, adicional de insalubridade. O doutrina e a jurisprudência dominantes no direito do trabalho brasileiro admitem este englobamento ? Justifique e comente a forma de pagamento de salário utilizada pelo empregador.

3ª Questão: Instaurado o dissídio coletivo de natureza econômica, se as partes suscitadas, devidamente notificadas, não comparecem à audiência designada pelo Tribunal do Trabalho, incidem em revelia e confissão, quanto à matéria de fato ? Por quê ?

4ª Questão: Como se considera, no contrato de trabalho, para todos os efeitos legais, o período decorrente de acidente do trabalho ? Quais as obrigações de empregador nesse período ? Justificar a resposta.

5ª Questão: Qual o recurso cabível de sentença normativa do Tribunal Regional do Trabalho que decide dissídio coletivo e qual órgão competente para julgar o recurso ?

Boa Sorte !

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
19/09/1999
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito Administrativo**

Instruções

A) É permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos de qualquer petição.

B) Não utilize mais de 2,5 (duas e meia) páginas para a elaboração da petição nem mais de 1/2 (meia) página para a resposta a cada uma das 3 (três) questões.

C) Não coloque o seu nome ou número de inscrição na OAB ao final da petição ou da resposta às questões, nem utilize qualquer sinal que permita a

sua identificação.

D) Não transcreva texto de dispositivo legal, de doutrina ou de jurisprudência, a não ser que considere indispensável à sustentação de sua tese, e, nesses dois últimos casos, não se esqueça de mencionar os dados necessários à identificação da fonte.

Redação de peça profissional, no valor de 4 (quatro) pontos:

O Secretário de Administração de um determinado Estado publicou edital de concurso público de provas para o cargo de Agente de Apoio, no qual se estabeleceu a idade mínima de 25 anos para o candidato inscrever-se.

A Lei n.º 123 desse Estado, no pertinente ao assunto, dispõe, **in verbis**:

“Art. 3º - O cargo de Agente de Apoio criado por esta Lei tem as seguintes atribuições:

- I - vigilância interna do prédio do órgão em que lotado com controle de entrada e saída de mercadorias, materiais e veículos;
- II - guarda provisória de volumes e valores de terceiros em visita ao prédio do órgão em que lotado;
- III - orientação do público sobre localização dos setores e sobre medidas de segurança.”

Adelina de Oliveira, de 22 anos, teve sua inscrição indeferida, ao argumento de que não preenche o requisito de idade previsto no edital. Inconformada, ela o(a) procurou uma semana antes da data marcada para a prova.

Elabore a petição inicial do mandado de segurança, visando a obter todas as medidas judiciais cabíveis na defesa dos interesses de sua cliente.

Questões no valor de 2 (dois) pontos cada uma:

1ª Questão: Um servidor público não efetivo, ocupante de cargo em comissão de recrutamento amplo, foi demitido pelo superior competente por motivo de improbidade. Como advogado(a), Você propôs ação ordinária em nome dessa pessoa, visando à invalidação do ato em virtude de não ter ocorrido a alegada improbidade. Na defesa, a Administração Pública limitou-se a sustentar a tese de que se tratava de servidor demissível **ad nutum**, pelo que válido teria sido o ato de dispensa, independentemente da existência de improbidade. O Juiz concedeu-lhe vista dos autos para falar sobre a contestação.

Qual seria, em resumo, a argumentação que Você utilizaria na sua manifestação?

2ª Questão: O Secretário Municipal de Atividades Urbanas, de quem Você é Assessor(a) Jurídico(a), indaga-o(a) sobre a possibilidade de a própria Administração, com base no poder de polícia, embargar uma obra clandestina em construção num bairro da cidade.

O que Você responderia? Por quê?

3ª Questão: Uma determinada empresa montadora de automóveis dirige requerimento a um Prefeito Municipal solicitando seja-lhe facultado utilizar-se de praça pública daquele Município para a realização de filmagens comerciais destinadas à difusão de propaganda de lançamento de novo veículo automotivo. Segundo o requerimento, as filmagens deverão ocorrer durante três dias, período em que o acesso à praça deverá estar interdito ao público.

Considerando a natureza pública do bem mencionado, responda fundamentadamente:

- a) O Prefeito, se julgar conveniente ao interesse público, poderá deferir o requerimento?
- b) Em caso afirmativo, qual o instrumento a ser utilizado para formalizar a relação?

Boa sorte!

**EXAME DE ORDEM
2ª ETAPA
19/09/1999
PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: Direito Penal**

1ª Parte - Redação de Peça Profissional

2ª Parte - Respostas a cinco Questões Práticas

Instruções:

- a) é permitida a consulta a qualquer livro ou periódico, exceto o que contenha modelos;
- b) não coloque seu nome ou número da OAB ao final do parecer ou da resposta às questões, para evitar identificação.

1ª Parte: Peça - Profissional

Natalino Madeira, brasileiro, casado, prefeito municipal da cidade de Natapólis, Estado de Minas Gerais, viu-se afastado do exercício da chefia do executivo municipal pela Câmara de Vereadores local, por conta da prática de crimes de responsabilidade.

Em seu lugar e, para completar o mandato, assumiu em 15/05/99, o vice-prefeito, **Laudalino de Souza**, brasileiro, casado, comerciante local, residente e domiciliado na cidade, na Rua Antônio Aleixo, 200, bairro Pedra Branca, RG nº.0003000- SSP/MG, CIC nº.000.111.222-33.

No exercício do cargo, viu-se **Laudalino** vítima de campanha atentatória a sua honra, porquanto o jornal local, “*Correio da Manhã*”, através de editoriais assinados por seu proprietário e editor-chefe, **Francisco Malta**, brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado na cidade, na Rua Madureira, 11, bairro Tiradentes, RG nº.1002222- SSP/MG, CIC nº. 111.333.444-55, disse entre outros achques, ser **Laudalino** “(...) *pessoa inescrupulosa, sem moral para exercício do cargo de Prefeito, posto que, useiro e vezeiro em malversação de dinheiro público, tal como seu antecessor cassado*”(editorial publicado na edição de 08/08/99).

Na edição do dia 15/08/99, o mesmo jornalista, proprietário do semanário, também em editorial afirma: “(...) *que o Prefeito é um analfabeto que sequer sabe desenhar o nome, (...) que nossa infeliz cidade, vem, nos últimos anos, sendo governada por ladrões do erário, haja vista que o alcaide anterior foi afastado da Prefeitura, devendo seu secessor, por seus desmandos e gatunagem, também ser execrado da chefia do executivo pelos eminentes vereadores*”.

Na semana seguinte, 22/08/99, o editorialista publica: “(...) *que o gatuno do Prefeito agora teve o desplante de requisitar o único caminhão de lixo de propriedade da Prefeitura, bem como os lixeiros, servidores municipais, para durante 03(três) dias, ao invés de procederem a coleta de lixo do município, transportarem material de construção para a reforma que está realizando no seu sítio*”.

Não mais suportando os atentados à sua honorabilidade, vez que cobrado pela população para que tome uma atitude, na medida em que sempre gozou de boa reputação, haja vista que, antes de eleger-se vice-prefeito na chapa de Natalino Madeira, foi, por 04(quatro) legislaturas vereador, sempre

elegendo-se como o mais votado, tendo ainda ocupado a presidência do legislativo em 02(duas) ocasiões, o Prefeito em exercício o procura no seu escritório no dia 01 de setembro do corrente para que sejam tomadas as devidas e necessárias providências legais, narrando-lhe não só as cobranças da população, como também o “*inferno*” que vem passando por conta dos achaques, sobretudo na sua vida particular, posto que, seus filhos, adolescentes, sequer estão saindo de casa, face a vergonha que sentem.

Você, de posse dos 03(três) exemplares do jornal, onde caracterizados os delitos contra a honra, entende por *despiciendo* a instauração do procedimento inquisitório, achando por bem aviar de pronto a cabível medida judicial.

Assim, com base na legislação pertinente, redija a peça necessária para que a ação penal se veja proposta.

1ª Questão: João Silva foi denunciado pelo Ministério Público como incurso nas sanções do crime de atentado violento ao pudor com presunção de violência - art. 214 do CP c/c com o art. 224, alínea “a”- por ter praticado atos libidinosos diversos da conjunção carnal com sua sobrinha Marina de doze anos de idade. Os fatos ocorreram no dia 31 de dezembro de 1998 e a denúncia foi recebida no dia 20 de agosto de 1999. Na fase de inquérito, o exame de corpo de delito não comprovou qualquer violência, constatando a absoluta ausência de lesão externa. Foram colhidos, no entanto, depoimentos de testemunhas que presenciaram o crime e da vítima que, de forma consistente, confirmou os fatos. Não há, nos autos, atestado de pobreza da vítima e de seus familiares, e, tão-pouco, representação. Considerando que tenha sido contratado para defender João Silva, pergunta-se:

- 1.1- Qual será sua tese de defesa para conseguir o arquivamento do processo com decretação de extinção da punibilidade, sem análise do mérito ?
- 1.2- Há alguma consequência jurídica com relação ao exame de corpo de delito que não comprovou a prática de atentado violento ao pudor ? Justifique.
- 1.3- A não comprovação da idade da vítima nos autos, acarreta alguma consequência jurídica ? Justifique.

2ª Questão: Qual o recurso previsto no Código de Processo Penal para atacar sentença de pronúncia ? Qual o prazo para sua interposição e como se dá o seu processamento ?

3ª Questão: Cabe recurso da sentença que homologa a transação penal

referida no art. 76 da Lei 9099/95, aplicando pena restritiva de direitos ou multa ? Se positivo, qual e de quem é a competência para julgamento ?

Boa sorte!